



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

CONSELHO DIRETIVO

### Legislação aplicável

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março,  
republicado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de  
4 de março.  
Código Penal.

### AVISO

#### Encerramento administrativo do estabelecimento de apoio social de Maria João Ramos Lancha Venâncio Ziabat designado Casa de Acolhimento de Marinhais

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, ordenou o encerramento administrativo imediato do estabelecimento de apoio social denominado Casa de Acolhimento de Marinhais, com as seguintes características:

- exerce a atividade de Lar de Idosos;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a propriedade de Maria João Ramos Lancha Venâncio Ziabat;
- está instalado em Rua da Lagoa n.º 32, 2135-141 Marinhais.

artigos 35.º e 36.º do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março  
  
artigo 40.º, n.º 1, alínea b),  
e n.º 3, do Decreto-Lei n.º  
64/2007, de 14 de março

#### Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento através da Deliberação n.º 250/2018, de 14 de dezembro de 2018, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

artigos 35.º e 36.º do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março

#### Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

artigo 348.º, alínea b), do  
Código Penal

#### Este aviso deve estar afixado durante 30 dias

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

artigo 40.º, n.º 3, do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março  
  
artigos 347.º e 357.º do  
Código Penal

Lisboa, 14 de dezembro de 2018

Rui Frohais  
Presidente do CD

AS-17/V01-2016

Pág. 1/1